

Documentos inéditos: a escola metódica revisitada

Antônio de Pádua Bosi¹

Este texto tem por objetivo disponibilizar em português a síntese introdutória do livro *Historia Comparada de Los Pueblos de Europa*,² escrito por Charles Seignobos e publicado na França na década de 1930. No final do século XIX e início do XX este historiador participou de um grande esforço voltado para sistematizar métodos e procedimentos relacionados à História de modo a estabelecer as fronteiras do fazer historiográfico. Sua preocupação com o tratamento das fontes e documentos históricos notabilizou a contribuição dessa Escola, bem como fixou também uma das principais divergências presentes no campo da historiografia durante toda a primeira metade do século XX.

Nos dias atuais os Metódicos são pouco ou nada lidos. Raros programas de “Introdução aos Estudos Históricos” (ou de disciplinas similares) prevêm os Metódicos entre as escolas históricas de reconhecida importância e portadoras de contribuições ainda atuais. Principalmente por este motivo apresento aqui uma tradução da “Introdução” de um dos últimos livros de Charles Seignobos para que se conheça, ainda que parcialmente, as preocupações desse autor em relação à história, inclusive preocupações relacionadas a outros aspectos relevantes sobre o ofício do Historiador tais como a história comparada e a história do presente.

Historia Comparada de Los Pueblos de Europa foi bem acolhida na Europa e em países latinos, como foi o caso do Chile e da Argentina que a receberam ainda no ano de 1939, data de sua primeira edição. Este fato é curioso se tomarmos como verdadeiro que naqueles anos Lucien Febvre e Marc Bloch já eram tidos como grandes e importantes historiadores e que o impacto de suas pesquisas e lições sobre história já tinham atingido a Inglaterra dos anos 30³. Como entender a boa receptividade de Seignobos num período em que diversos aspectos da proposta de história dos Metódicos (sintetizada em *Introdução aos Estudos Históricos*, publicada em 1898) eram confrontados?

A receptividade do livro de Charles Seignobos para aquela época pode ser explicada por variados motivos. Primeiramente, porque a pretensão de apresentar um panorama geral da história desde a Grécia Antiga até a Depressão de 1929 terminou por transformar o livro num bom e atualizado manual didático de história. E isto parece ter acontecido em oposição à intenção do autor, que alertou não ter tido o objetivo de escrever “um livro de referência que se consulta para encontrar uma informação sobre um ponto particular da história”.⁴

Em segundo lugar, como advertiu Seignobos, o livro foi intencionalmente escrito em linguagem - de fato - compreensível: “procurei facilitar a leitura empregando uma linguagem simples e familiar feita de palavras inteligíveis para todos”.⁵ O estilo literário cifrado, tão característico em trabalhos acadêmicos ou especializados, foi deliberadamente evitado por Seignobos. Nos seus próprios termos o autor procurou não recorrer às “*formas convencionais do estilo oratório que deformam a realidade, os termos pseudo-científicos que dão uma falsa impressão de exatidão e as metáforas que transformam as fórmulas abstratas em pessoas reais*”.⁶ Este objetivo pode ter sido de fato alcançado, já que muito da polêmica desenvolvida pelos Annales em relação aos Metódicos mirava este alvo. Como exemplo, pode-se citar a crítica que Lucien Febvre fez sobre a “História Sincera da nação francesa”, de Seignobos, publicada no início dos anos 30, caracterizada pelo primeiro como uma história estática, esvaziada dos tormentos da própria história, pronta para ser consumida.⁷

Mas há também motivos menos evidentes que podem ter interessado um público de leitores menos afeto a uma história de fácil consumo, conforme a crítica de Lucien Febvre. Sem exageros cabe explorar a possibilidade de Charles Seignobos ter conseguido, ainda nas décadas de 1920 e 1930, manter certo diálogo com historiadores em formação e com outros especialistas interessados em História. Uma forte prova disso é sugerida nos escritos sobre História formulados por Marc Bloch na década de 1940 que, em grande parte, endereçavam-se como crítica aos metódicos.⁸ É de se supor que as razões de Bloch para elaborar uma Introdução à História cujo conteúdo em muito dialogava com as concepções expressas na *Introdução aos Estudos Históricos*, de Langlois e Seignobos, reconhecessem algum valor nas lições dos Metódicos. Grande parte das reflexões de Bloch – que repercutiram entre historiadores – respaldou-se no debate com a prática historiográfica dos Metódicos, de modo não só a acusar e rejeitar muito do que estes defendiam, mas também, por aproximação, de acolher muito do que era produzido por eles. Penso que no plano do debate sobre Teoria e Métodos na História, os metódicos se distanciaram muito do que convencionalmente lhes é atribuído sob a pecha de positivistas. Assim, acredito ser possível explorar “positivamente” os escritos de Seignobos, pelo menos, em relação: a) a crítica de determinada história oficial caracterizada por uma narrativa de fatos históricos; b) a proposta de uma História Síntese, não monográfica; c) a perspectiva de história comparada e de história do presente.

De forma um tanto exagerada, as críticas à proposta de Método Científico formulada pelos metódicos - em particular no livro *Introdução aos Estudos Históricos*⁹ - foi subsumida à afirmação de que “*onde não há documentos, não há história*”.¹⁰ Parte dessa crítica foi de responsabilidade de Marc Bloch quando relativizou o valor dos testemunhos para a escrita da História. Queria fazer, àquela época, a balança pender mais para as perguntas e questões levantadas pelos historiadores do que para os próprios documentos e fontes. Em parte parecia estar motivado para investir a investigação histórica de capacidade de explicação sobre o presente mais do que exclusivamente organizar os relatos, fatos e datas relevantes do passado. Foi neste contexto que Bloch ponderou sobre os procedimentos do historiador, afirmando que, a despeito deste último achar que sua tarefa consistiria em reunir os documentos, lê-los e “*esforçar-se por lhes pesar a autenticidade e a veracidade*”, caberia fundamentalmente fazer-lhes perguntas, submetê-los a questões: “*porque os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los*”.¹¹

Langlois e Seignobos, ao sistematizarem procedimentos da História no final do século XIX, estavam mais preocupados com a observação de alguma heurística por parte dos historiadores nas pesquisas realizadas. Se era preciso indagar os documentos era também necessário indagar as fontes,

os autores dos documentos: “*que quis ele dizer?; acreditou ele no que disse?; tinha razões para acreditar no que acreditou?*”¹² Com isso tentavam espantar para longe a História como simples exercício literário ou jornalístico, onde qualquer testemunho é um testemunho. Neste sentido, preferiram defender a desconfiança como o principal atributo do historiador: “*a razão profunda da credulidade natural é a preguiça. É mais cômodo acreditar que discutir, admitir que criticar, acumular documentos que os pesar*”.¹³ Ao contrário de um comportamento “Positivista” que toma o “fato social” como prenhe de objetividade - posição de Dürkhéim publicada em 1895¹⁴ e contraditada pelos metódicos -, Langlois e Seignobos afirmavam a respeito que “*o ‘fato social’, tal como admitem vários sociólogos, é uma construção filosófica, não um fato histórico*”. Assim, “*pela própria natureza de seus materiais, a história é imperiosamente subjetiva*”.¹⁵ Por isso mesmo, como procedimento inalienável do historiador, sugeriam que “*a história, sob pena de perder-se na confusão de seus materiais, deve estabelecer como regra indeclinável proceder por meio de perguntas, como ocorre como as demais ciências*”.¹⁶ Este foi o sentido da crítica dos Metódicos dirigida contra uma História Oficial praticada à época.

A defesa de uma História Síntese – merecedora de um capítulo inteiro na “Introdução aos Estudos Históricos” – esteve relacionada à concepção bastante parecida com a História Total pronunciada pelos Annales no sentido de que Langlois e Seignobos concebiam como orientação teórica a indissociabilidade de aspectos formalmente distintos ou separados da vida social do homem. Afirmavam que “*os homens não estão divididos em compartimentos estanques (religiosos, jurídicos, econômicos) em que se processam fenômenos interiores isolados; um acidente que lhes modifica o estado, também lhes altera os hábitos, embora diversos em sua natureza*”.¹⁷ Chamavam a isso – talvez de maneira inadequada - de História Geral. De certo modo tratava-se da necessidade de um paradigma histórico para auxiliar o historiador na ordenação e interpretação da própria história investigada. Exemplo disso foi sistematizado como sugestão de procedimento para se estudar as instituições: “*o estudo das instituições nos obriga a formular problemas especiais, relativos às pessoas e às funções que exercem. Em relação às instituições econômicas e sociais, devemos procurar saber como se fazia a divisão do trabalho e das classes, quais eram as profissões e as classes, como se recrutavam e quais as relações que animavam a vida das diferentes profissões e classes*”.¹⁸

Sobre o último ponto destacado - a perspectiva de história comparada e de história do presente, a “História Comparada dos Povos da Europa” é uma leitura esclarecedora sobre o método de uma história comparada, tanto quanto a possibilidade de uma história do presente. Neste sentido, traduzimos aqui a “introducción” de *Historia Comparada de Los Pueblos de Europa*, de modo a colocar à disposição dos acadêmicos de História um texto de ofício de um dos metódicos. Pode-se, aqui com mais cautela, referir também como importante o caráter analítico que apresenta o livro, particularmente nos capítulos que foram “*feitos de fatos com uma duração cada vez mais curta à medida que se*” aproximaram “*do presente*”.¹⁹ Escrevendo sobre seu tempo Seignobos destacou do emaranhado de fatos das três primeiras décadas três acontecimentos como principais: a Grande Guerra, a Revolução Russa e a ascensão de regimes autoritários, pontos de grande relevância na maioria dos balanços históricos realizados no final do século XX. Sua avaliação sobre a década de 1930 apontou o fato de que “*o regime parlamentar e democrático pareceu estender-se para toda a Europa*” assinalando, ao mesmo tempo, que na maioria dos países o regime democrático não funcionaria “*mais do que pouco tempo*”,²⁰ dando lugar aos regimes autoritários. Este caráter analítico não foi reservado apenas para a contemporaneidade de Seignobos. No geral, por repetidas vezes, o autor insistiu em declarar que seu livro não se constituiria daquilo que popularmente seria considerado como o “*atrativo da história: o drama das aventuras dos personagens, o pitoresco das descrições do pormenor*”. Seignobos frisava que o “*livro é para os leitores capazes de se interessar pelo caráter real e encadeado dos fatos históricos*”.²¹

Não fui, ao meu tempo, apresentado aos Metódicos ou, quando lhes era feita referência a desqualificação fácil e pouco instruída marcava-os em primeiro plano. Tanto quanto me é possível, descredito em qualquer tipo de preconceito intelectual. Mao Tse Tung tinha certa razão ao sugerir que o esclarecimento é uma tarefa e que se traduz de um fazer “florescer as mil flores”. Espero que o encontro com Seignobos – mesmo que breve e restringido pelos limites de uma introdução – ofereça ao leitor uma visão sem laços com a classificação de positivista imposta sem justiça aos metódicos.

HISTORIA COMPARADA DE LOS PUEBLOS DE EUROPA
por Charles Seignobos

INTRODUÇÃO

A acolhida feita na França à minha *História Sincera da Nação Francesa* me animou para um empreendimento mais arrojado: tratar de reunir, num só volume, a história comparada de todos os povos da Europa desde os tempos mais antigos até os nossos dias. Ao publicar esse livro me sinto inclinado a explicar exatamente por que me arrisco a fazer isto e qual a minha intenção.

Sessenta anos dedicados a estudar e ensinar a história de todos os países me deram a oportunidade de comparar entre si todos os povos da Europa em todos os momentos de sua história. A comparação me permite chamar a atenção para os traços comuns de sua vida, que não foram percebidos pelos historiadores limitados ao estudo de um país ou de uma época.

Comparando os acontecimentos de diferentes povos e suas condições de vida, chego a retirar, da massa enorme dos conhecimentos acumulados pelos especialistas, semelhanças gerais, e a discernir como se formaram. Distingo tais acontecimentos em duas classes: os primeiros, resultantes de

condições semelhantes, mas independentes. Os segundos, adquiridos por imitação de um modelo único criado por um só povo.

Procuro introduzir nesta comparação as diferentes condições de vida, objeto das histórias específicas, de modo que envolva o conjunto dos diferentes tipos de atividades da população, os meios de vida, o trabalho econômico, os costumes, o regime político e social, a religião, as ciências, as letras e as artes.

Desejo explicar como essas condições de vida foram transformadas, distinguindo as diferentes origens das mudanças. Os primeiros acontecimentos são resultado do choque, num mesmo momento, de vários fatos independentes (chamados de acaso ou acidente) que constituem os sucessos históricos, guerras, invasões, revoluções, reformas – cuja origem se deve freqüentemente à iniciativa de indivíduos. Os outros acontecimentos derivam de condições anteriores, seguindo uma ordem de sucessão que se compara à evolução dos seres vivos: assim, o crescimento de um poder, o progresso de uma técnica, a propagação de uma religião ou de uma instituição.

Todas estas transformações são fruto de atos humanos. Mas os atos em si mesmos estão inspirados ou dirigidos por motivos, paixões, desejos, crenças, razões, regras de conduta, sobretudo pela memória do passado que cria a tradição e as regras, ou pela idéia do porvir, de onde nascem os empreendimentos e os progressos. Não me limitei a comprovar os resultados; procurei fazer compreender os atos indicando os motivos e, por isso, assinalai essas vontades interiores, invisíveis, muito mais do que é de costume nos livros de história.

Não quis limitar este estudo à pequena minoria privilegiada (adornada às vezes com o nome de elite) cujos atos têm lugar principal nos documentos e nos livros de história. Tratei de descrever as condições de vida da maioria do povo, numa medida, muito insuficiente, por desgraça, com que as conhecemos.

Como me inclinei a comparar não as formas convencionais, mas as condições reais de vida, fiz pouco caso das regras oficiais, instituições, regulamentos, leis, prescrições que, até épocas muito recentes, representaram mais os desejos ou o ideal das autoridades do que os atos de seus vassalos; isto me levou a descrever as reais práticas em matéria de política, de religião e de comportamento.

Para decidir qual recorte a fazer sobre cada tipo de atividade, não pude ter como guia mais do que minha apreciação pessoal, naturalmente sujeita à discussão: devo por conseguinte, indicar o princípio que segui.

Dei o lugar principal aos sucessos e aos regimes políticos, guerras, revoluções, atos de governo. A última guerra nos mostrou com que força a política estende sua ação sobre toda a vida de um povo e domina todas as suas outras atividades.

Pude, graças aos trabalhos recentes de história econômica, dar amplo lugar à produção agrícola e industrial, ao comércio e ao crédito, ao progresso da técnica e até mesmo indicar a origem das inovações e explicar em que condições foram produzidas.

Tratei o conjunto dos fatos qualificados como sociais reunindo, numa mesma exposição, a estrutura da sociedade e da divisão de classes (resultado das condições políticas e econômicas) com as condições de vida material, os costumes, os tipos de sociedade, o direito da família e da propriedade.

Sob o nome de vida intelectual compreendi sobretudo o desenvolvimento do espírito que dirige o comportamento dos povos, as crenças religiosas, os conceitos morais, o ideal resultante da educação e, nos tempos atuais, os regimes políticos e os conhecimentos científicos. Não me atrevi a deixar em silêncio as artes e as letras, que têm tão pouco espaço na vida da enorme maioria dos homens; mas me limitei a indicar seu caráter geral e seus gêneros principais em diferentes épocas.

Não dei espaço aos pequenos povos, que oferecem termos de comparação tão instrutivos. Lamento não ter podido das uma parte maior aos costumes da vida cotidiana, culinária, vestimenta, habitação, mobiliário, ocupação do tempo, vida em família, relações sociais, entretenimento, que formaram sempre o interesse principal da vida de todos os povos. Estas são as duas lacunas que destaco neste livro.

Dividi as temporalidades em períodos que, na sua maior parte, correspondem a capítulos. Os últimos capítulos são feitos de fatos com uma duração cada vez mais curta à medida que se aproximam do presente. Nestes, a sociedade se faz cada vez mais complexa e suas atividades cada vez mais variadas e, por consequência, mais conhecida. Como as mudanças não são igualmente rápidas nos diferentes tipos de atividade – são mais lentas na vida econômica e social do que na vida política –, às vezes, para evitar repetições, remeto a explicações dadas em capítulos anteriores.

Uma comparação entre condições gerais da vida não significa mais que exposições do conjunto dos acontecimentos. Portanto, renunciei deliberadamente a tudo aquilo que constitui o atrativo da história: o drama das aventuras dos personagens, o pitoresco das descrições do pormenor. Este livro é para os leitores capazes de se interessar pelo caráter real e encadeado dos fatos históricos.

Por ter tido de comparar condições gerais tive que utilizar termos gerais (tais como chefe, latifundiário, delegado, guerreiro, sacerdote, governo, exército, guerra, religião, regime), que dão à exposição uma aparência abstrata. Procurei facilitar a leitura empregando uma linguagem simples e familiar feita de palavras inteligíveis para todos. Evitei as formas convencionais do estilo oratório que deformam a realidade, os termos pseudo-científicos que dão uma falsa impressão de exatidão e as metáforas que transformam as fórmulas abstratas em pessoas reais. Tratei de relacionar os atos e pensamentos com homens verdadeiros, explicando-os segundo motivos ou sentimentos.

Pareceu-me inútil agregar um índice de nomes. Não quis escrever um livro de referência que se consulta para encontrar uma informação sobre um ponto particular da história. Não pensei mais do que apresentar um quadro geral do passado da Europa, destinado somente a produzir uma impressão de conjunto.

Não me pareceu possível redigir uma bibliografia: para que fosse completa devia ter uma extensão quase tão grande como a do texto. Posso dizer unicamente que utilizei a história dos Estados (em Alemão) da coleção de Gotha; as histórias (em Alemão) da coleção de Oncken; grandes histórias de nações, do tipo *História da França*, dirigida por Lavissee, ou *História Política da Inglaterra*; as coleções francesas da história universal. Devo muito aos trabalhos de Dottin, Kroeber, Niederle, Lot, Delbrück, Hoetzsch, e, para a história econômica, as obras de See, Siegfried, Kulischer e, sobretudo, de Sombart, Lipson e Heckscher.

Adotei com regra expor mais que os resultados do trabalho histórico sobre os quais há acordo entre os especialistas; empreguei expressões com duplo sentido para os fatos que parecem certos, mas sobre os quais o acordo não é completo. Estou seguro, não obstante, de que se possam encontrar erros cometidos por mim ou por um historiador a quem eu tenha seguido equivocadamente. Não acredito, no entanto, que supostos erros bastam para anular o valor dos critérios de conjunto e as conclusões gerais, e espero ter conseguido trazer aqui um quadro exato dos acontecimentos e das transformações que atravessaram os povos da Europa para deixar ao presente.

Notas

¹ Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História pela UFF.

² SEIGNOBOS, Charles. *História Comparada de Los Pueblos de Europa*. 3. ed., Buenos Aires: Losada, 1947.

³ HOBBSBAWM, Eric J. “A história britânica e os ‘Annales’: um comentário”. In: HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 194. Mesmo Peter Burke que (baseado num levantamento sobre a data das edições das obras de Febvre, Bloch e Braudel noutros países europeus que não a França) chegou a afirmar que “os *Annales* tiveram uma má-recepção em muitos lugares”, reconheceu que a divulgação e o debate das propostas de uma história interdisciplinar a partir da revista *Annales* da História Econômica e Social (1929) atingiu praticamente historiadores de toda a Europa. BURKE, Peter. *Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: EDUNESP, 1991, p.37-43.

⁴ SEIGNOBOS, C. op. cit., “Introducción”.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Cf. DOSSE, François. *A História em Migalhas*: dos Annales à Nova História. Campinas: Edunicamp, 1992, p.55-56.

⁸ Tais escritos foram publicados por Lucien Febvre em 1949, após a morte de Bloch, sob o título de “Apologia da História ou Ofício do Historiador”. A edição portuguesa levou o nome de “Introdução à História”. Cf. BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 2. ed, Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

⁹ LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

¹⁰ Idem, p. 23.

¹¹ BLOCH, Marc. op. cit.

¹² LANGLOIS, C.V. e SEIGNOBOS, C., op. cit., p.47.

¹³ Idem, p.49.

¹⁴ DÜRKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

¹⁵ LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C., op. cit., p.153 e 152 respectivamente.

¹⁶ Idem, p.150-151.

¹⁷ Idem, p.173.

¹⁸ Idem, p.170.

¹⁹ SEIGNOBOS, C. op. cit., “Introducción”.

²⁰ Idem, p.346 e 348.

²¹ Idem, “Introducción”.